



SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO AMBIENTAL: PARTICULARIDADES DE UM MUNICÍPIO DO RECÔNCAVO BAIANO

SOCIAL SERVICE AND ENVIRONMENTAL ISSUES: PARTICULARITIES OF A MUNICIPALITY IN THE BAHIAN RECÔNCAVO

Ediane Pereira Santana¹

Aline Maria Batista Machado²

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo central analisar o Serviço Social e a questão ambiental nas particularidades de um município do recôncavo baiano, Cachoeira-BA, na perspectiva da totalidade histórica, elemento constituinte dos fundamentos do Serviço Social. A metodologia de pesquisa adotada é do tipo qualitativa, com ênfase na revisão da literatura e análise documental, fundamentada pelo método do materialismo histórico-dialético. Evidencia-se um território marcado por condições sociais, políticas e econômicas determinadas historicamente pelo modo de produção e reprodução do capital, assim como condições estruturais da natureza que colocam em xeque uma situação de alerta e emergência ambiental. Desta forma, apresenta-se um novo campo de atuação que requer o trabalho do/a Assistente Social em rede e possibilidades para o desenvolvimento de uma intervenção profissional crítica, ético-política e democrática a partir das metodologias da educação popular na perspectiva freireana, prezando pela proteção social e a viabilização dos direitos sociais em sua totalidade.
Palavras-chave: Serviço Social. Questão ambiental. Recôncavo baiano. Proteção social. Educação popular.

ABSTRACT: The main objective of this study is to analyze Social Work and environmental issues in the particularities of a municipality in the Recôncavo region of Bahia, Cachoeira-BA, from the perspective of historical totality, a constituent element of the foundations of Social Work. The research methodology adopted is qualitative, with emphasis on literature review and documentary analysis, based on the method of historical-dialectical materialism. The study highlights a territory marked by social, political, and economic conditions historically determined by the mode of production and reproduction of capital, as well as structural conditions of nature that pose a situation of environmental alert and emergency. Thus, it presents a new

¹ Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Mestrado em Política Social e Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutoranda em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-7542-354X>. E-mail: ediane92@gmail.com.

² Professora Associado 04 do Curso de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba. Graduação e mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1144-6011>. E-mail: prof.alinemachado23@yahoo.com.br.

field of action that requires the work of the Social Worker in a network and possibilities for the development of a critical, ethical-political, and democratic professional intervention based on the methodologies of popular education from the Freirean perspective, valuing social protection and the viability of social rights in their entirety.

Keywords: Social Service. Environmental issues. Recôncavo Bahia. Social protection. Popular education.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta uma reflexão sobre o Serviço Social e a questão ambiental nas particularidades do município de Cachoeira, localizado no recôncavo baiano, na perspectiva da totalidade, uma vez que “a compreensão acerca dos fundamentos do Serviço Social é informada pela perspectiva da totalidade histórica” (Iamamoto, 2014, p. 621). Desta forma, o texto engloba uma análise histórica desde as particularidades de surgimento do município, constituição das relações sociais e de produção, até a contemporaneidade. Neste percurso, a análise da questão ambiental toma forma a partir de um olhar sobre as particularidades do Rio Paraguaçu, que banha o município.

Parte do pressuposto de que a história da sociedade é o terreno privilegiado para apreensão das particularidades do Serviço Social: do seu modo de atuar e de pensar incorporados ao longo de seu desenvolvimento. Sendo a profissão um produto sócio-histórico, adquire sentido e inteligibilidade na dinâmica societária da qual é parte e expressão. (Iamamoto, 2014, p. 621).

Concordando com a autora, compreende-se que a análise da profissão pressupõe “elucidar os processos sociais que geram a sua necessidade social, o significado de suas ações no campo das relações de poder econômico e político – das relações entre as classes e destas com o Estado” (Iamamoto, 2014, p. 621). Portanto, requer-se localizar a profissão na história, nas particularidades nacionais e, aqui, especialmente, regionais do estado da Bahia, situando o processo histórico de requisição desta profissão e formação no recôncavo, assim como a importância da intervenção deste profissional para o processo de prevenção e proteção social em situações de emergência ambiental.

A metodologia escolhida para a construção do presente estudo se ancora no tipo de pesquisa qualitativa, com ênfase na revisão da literatura e análise documental, à luz do método dialético. Desta forma, considerou-se a importância da revisão em livros, revistas, artigos, sítios eletrônicos e documentos do acervo histórico da cidade de Cachoeira, prezando pela coerência com o tema pesquisado para não cometer equívocos de análise e interpretação. Mais uma vez, concordando com Iamamoto (2014, p. 622), compreende-se que "requer que os fenômenos e processos sociais sejam retraduzidos na esfera do pensamento, que procura aprendê-los nas suas múltiplas relações e determinações, isto é, em seus processos de constituição e de transformação plenos de contradições e mediações (em sua totalidade)".

A perspectiva dialética consiste, antes de tudo, em ver a vida como movimento permanente, como processo e provisoriedade, o que precisa ser contemplado na análise das formas e fenômenos sociais, de modo a superar uma visão estagnada de estados na medida em que se reconhece o movimento, o devir, que será novamente negado para que o próprio movimento siga seu curso. Este curso nem sempre é linear, mas constituído por avanços e recuos. (Mendes; Prates, 2007, p. 181).

O presente artigo está estruturado a partir de um desenvolvimento único intitulado: "CACHOEIRA, BAHIA: um olhar a partir do Serviço Social e da questão ambiental que acerca o município", o qual buscou refletir a história de surgimento e constituição deste município e das relações de sociabilidade do mesmo no modo de produção do sistema capitalista, o qual implica relações de exploração e dominação de uma classe sobre a outra e, neste caso, da classe burguesa sobre as minorias.

Compreende-se o curso tomado pelo território e pela identidade do seu povo, assim como no que se refere à questão ambiental, às implicações da natureza e da intervenção humana. A "questão social", em suas diferentes manifestações sociais, requisita à cena cachoeirana a intervenção profissional do/a Assistente Social; no entanto, na questão ambiental, que se configura como um novo campo de atuação para estes profissionais, a sua importância nem sempre é reconhecida, ou são requisitados para intervir no pré ou pós-situação emergencial ambiental.

Este estudo busca evidenciar, a partir das particularidades históricas, a importância e a necessidade da atuação do/a Assistente Social nas relações de trabalho no campo ambiental. Seja na prevenção de situações emergenciais e de calamidade pública, seja no restabelecimento das relações de sociabilidade no período pós-emergencial, destaca-se o papel desse profissional, reconhecendo sua atribuição, competência e embasamento teórico-metodológico para uma intervenção orientada à defesa dos direitos sociais.

CACHOEIRA, BAHIA: UM OLHAR A PARTIR DO SERVIÇO SOCIAL E DA QUESTÃO AMBIENTAL QUE ACERCA O MUNICÍPIO

No que diz respeito ao estado da Bahia, muito se conta sobre a história da sua capital, Salvador, cidade metropolitana, conhecida mundialmente pela sua beleza, pontos turísticos atrativos e, especialmente, o seu carnaval. No entanto, localizada no recôncavo baiano encontra-se Cachoeira, cidade heroica e monumento nacional, reconhecida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como pioneira no movimento emancipador do Brasil. Cachoeira é rica historicamente, mas, apesar da sua riqueza, é diminuta a quantidade de produções que tratam da sua historicidade e, ainda menor, quando se trata de estudos sobre a Usina Hidrelétrica de Pedra do Cavalo, localizada no berço do rio Paraguaçu, que nasce na Chapada Diamantina e banha municípios como Cachoeira, mas, também traz impactos ambientais e riscos à comunidade cachoeirana.

Ressalta-se que, além de Cachoeira, o risco de rompimento da “Barragem de Pedra do Cavalo” se estende e ameaça municípios vizinhos, como São Félix e Maragogipe. O presente estudo se concentra- na análise desta possível ameaça à Cachoeira, especialmente, pois é onde se encontra o Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), que abriga o primeiro curso público federal de Serviço Social do estado da Bahia, filiado à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Desta forma, desde o ingresso do Centro na região, a população cachoeirana aumentou significativamente, visto que, do total de 375 discentes do curso, a maioria reside no município (Silva et al., 2021) com ou sem os seus familiares, além dos discentes que pertencem a outros cursos do mesmo Centro

da universidade, que são: os cursos de graduação em Artes Visuais, Ciências Sociais, Cinema e Audiovisual, Comunicação Social, Licenciatura em Artes Visuais, Licenciatura em Ciências Sociais, Licenciatura em História, Museologia, Publicidade e Propaganda e o curso de Tecnologia em Gestão Pública.

Antes de adentrarmos o contexto de discussão do presente estudo, considera-se a importância de evidenciar uma breve trajetória deste município na história do Brasil para localizá-lo e para o conhecimento e compreensão das suas particularidades, que se conformaram sob condições historicamente determinadas.

Assim como grande parte das regiões brasileiras, Cachoeira foi colonizada a partir do ano de 1531, durante uma expedição realizada por Martim Afonso de Sousa (Vila Viçosa, c. 1500 - Lisboa, 21 de julho de 1564), conhecido como nobre, militar e administrador colonial português (Persico, 2024) que deixou o fidalgo português Paulo Dias Adorno no Brasil para iniciar o processo de colonização e o plantio da cana-de-açúcar na Bahia. Cachoeira foi o território escolhido pela sua localização estratégica às margens do rio Paraguaçu, o que facilitava a entrada e a saída das embarcações portuguesas. Portanto, Cachoeira tem a sua criação, ou, cabe aqui uma correção histórica, invasão territorial, marcada pelo processo de colonização com surgimento dos primeiros engenhos e centros comerciais sob a escravização da sua comunidade, em sua maioria o povo preto, indígena, quilombola e ribeirinho.

O povoamento da cidade de Cachoeira seguiu o mesmo percurso de povoamento do Brasil. De núcleos indígenas logo atacados, conheceu o estrangeiro e o negro violentado e transportado como produto de menos valia. Há, ainda, na cidade histórica, uma grande concentração de negros descendentes dos escravos - fato que torna a cidade como um marco de identidade étnica e de resistência sociocultural. (Castro, 2005, p. 115).

Cachoeira foi uma das primeiras cidades brasileiras a se destacar pelo seu povoamento e desenvolvimento econômico, especialmente pelo comércio da cana-de-açúcar, um dos seus principais produtos, e também pela produção e comercialização do tabaco/fumo que, de acordo com Mesquita e Oliveira (2003, p. 34), já nasceu integrada ao mercado internacional, especializando-se "na produção de fumos castanhos, do tipo dark air cured, cuja coloração varia do marrom bem claro a uma tonalidade mais escura,

gradação conferida pelo somatório de fatores edafoclimáticos e diferenças de manejo durante o processo de fermentação" (ibidem, p. 35).

Imagem 01 – Plantação do fumo Bahia-Brasil, em Cruz das Almas, na propriedade de August Suerdieck. No fundo a parte especial, abrigada do sol. Foto de 1908.



Fonte: Evelin Querino, para o Dossiê Reverso: Olhares do Recôncavo.

Além disso, Cachoeira também se destacou pelo seu desenvolvimento arquitetônico, reconhecido atualmente como monumental (IPHAN, 2014), o qual reúne um conjunto de igrejas, como a Igreja do Carmo e a Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, conventos, o Engenho Embiara e o Engenho Vitória, que contam a história da produção açucareira em Cachoeira, sobrados, a Ponte D. Pedro II, o Mercado Municipal, Ferrovia, Hidrelétrica e outras edificações históricas que refletem o contexto histórico e cultural da cidade. Dentre estes, a fábrica de charutos Suerdieck, reconhecida como um monumento arquitetônico do complexo industrial da cidade, é considerada uma das principais do país e da América Latina.

Imagem 02 – Sobrado à Rua Fernando Suerdieck adquirido em 1910.



Fonte: Porto Filho (2003), divulgação por Mota e Rodrigues (2021).

De acordo com o Dossiê Reverso: Olhares do Recôncavo e o material didático intitulado *A Fábrica de Charutos Suerdieck em Cachoeira – elaborado pelo portal Roda de Histórias*³, que apresenta parte da trajetória da fábrica no recôncavo baiano –, a sua chegada é datada no final do século XIX, despontando como a atividade econômica mais relevante da região, visto o seu potencial de comercialização e também pela geração de empregos. A fábrica foi instaurada inicialmente em Maragogipe e, posteriormente, inserida também em Cruz das Almas e Cachoeira, com atividades exercidas por homens e mulheres da região: os homens no preparo das folhas de fumo e as mulheres na confecção dos charutos que eram considerados um dos mais renomados do mundo, como sinalizam Mesquita e Oliveira (2003).

Essa produção destina-se, basicamente, à exportação na forma de folha beneficiada ou de charutos, produto mais nobre da fumicultura e de maior valor agregado, gozando de excelente prestígio nos mercados internacionais, em face à sua qualidade intrínseca, fato que determina a participação obrigatória do fumo Brasil-Bahia nos blends dos mais renomados charutos consumidos no mundo. (Mesquita e Oliveira, 2003, p. 35).

³ Ver mais em: <https://www.rodahistorias.pro.br/post/fabrica-suerdieck-cachoeira>.

No entanto, desde o ano de 1924, a cidade de Cachoeira, especificamente, enfrentou uma severa crise econômica que se estendeu até meados do ano de 1940⁴ em razão do desenvolvimento urbano industrial de outras regiões do país: com o surgimento do transporte rodoviário, as vias de navegação e ferroviárias de Cachoeira perderam significativamente o seu fluxo de movimento, chegando até a serem suspensas (IPHAN, 2014). No que diz respeito à produção fumageira, apesar das dificuldades financeiras, sustentou-se até o início dos anos de 1990, encerrando as suas atividades em 1992 pela ausência de capital financeiro para suprir as necessidades das lavouras de fumo.

Atualmente, “o tabaco representa um importante produto da agricultura baiana, contribuindo com 2,18% do total das exportações do agronegócio estadual” (Mesquita e Oliveira, 2003, p. 37), enquanto os edifícios industriais se encontram inativos, sendo ocupados indevidamente, mas permanecem sendo parte do patrimônio histórico e cultural de Cachoeira e de seus municípios vizinhos do recôncavo baiano.

Incontestavelmente, mesmo com o declínio da produção, a tradicional cultura do fumo ocupa lugar de destaque na economia da Bahia, que até a Segunda Guerra Mundial manteve a primazia da produção nacional. Depois da Guerra, os americanos exerceram uma forte influência nos hábitos dos fumantes no mundo inteiro, e no Brasil a força da Souza Cruz induziu os fumantes a mudar de charutos para cigarros. Isto exerceu uma influência enorme sobre o futuro dos fumos da Bahia, tanto na produção de charutos como em matérias-primas. (Mesquita e Oliveira, 2003, p. 39).

Outro fator importante e que impactou as cidades de Cachoeira e divisa com São Félix desde a década de 1800 foram as cheias do Rio Paraguaçu, marcadas de 1814 até meados do ano de 1989, conforme o arquivo público municipal de São Félix, patrimônio histórico do Brasil⁵. Os registros das cheias do Rio também se encontram disponíveis para visualização e conhecimento da história em sítios eletrônicos, onde

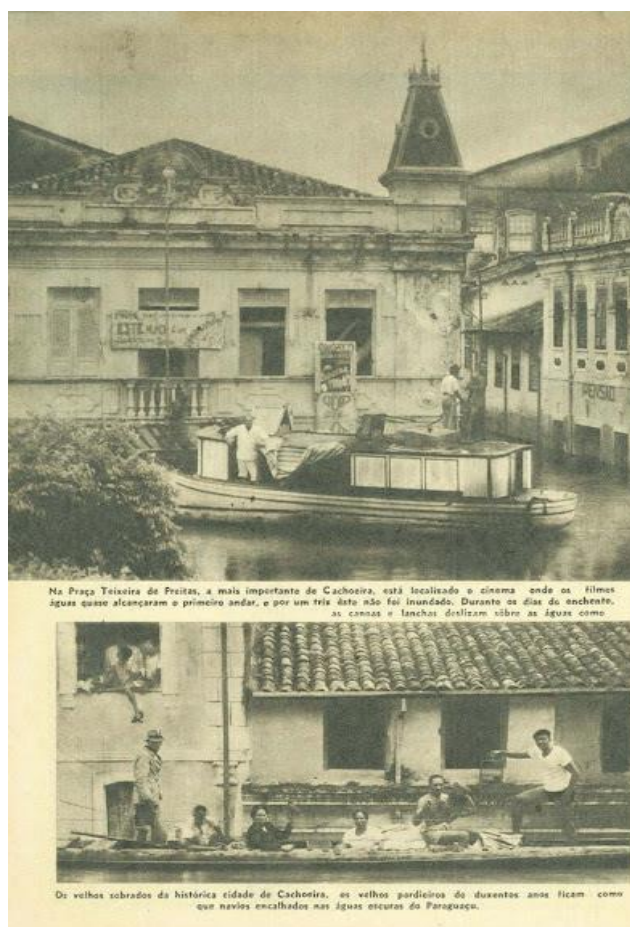
⁴ “Crises se sucederam na área da indústria do fumo e fábricas foram fechadas enquanto as respectivas lavouras perdiam, para outras regiões do país, a posição de liderança que ocuparam por mais de dois séculos”. (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014, n.p.).

⁵ Ver mais: <<https://bit.ly/enchentes-de-30-40-60-e-80-em-sao-felix>>.

parte dos jornais e revistas da época foi digitalizada e conta, sobretudo, como as cheias atingiram estrutural e socialmente esses territórios.

No sítio eletrônico “Vapor de Cachoeira” (2012), encontram-se registrados documentos do acervo arquitetônico e cultural da cidade. Dentre estes, os registros da cheia do ano de 1948, que ficou marcada na história de Cachoeira e São Félix pela sua magnitude, deixando grande parte destas cidades cobertas parcialmente pelas águas do Rio, assim como inúmeras famílias desabrigadas e o comércio local prejudicado. Portanto, além de todo marco histórico de constituição da cidade, que se assemelha ao do país e, portanto, também de outras regiões colonizadas, Cachoeira precisou, e ainda precisa, lidar com os riscos e impactos ambientais do Rio que banha o recôncavo, o Paraguaçu.

Imagem 03 – Embarcação “Belaniza” fazendo o transporte de bens para um local seguro. Embaixo, uma canoa resgatando uma família inteira da cheia na cidade de Cachoeira.



Fonte: Vapor de Cachoeira, 2012.

A enchente ficou conhecida como a “Veneza do recôncavo” e “Um monstro entre duas cidades”, de acordo com os registros dos jornais da época⁶. O primeiro título se refere à cidade de Veneza, localizada no norte da Itália, que tem as suas ruas alagadas pelo fenômeno da “acqua alta”, que ocorre com a elevação do nível de água do Mar Adriático. A segunda referência reflete o potencial do Rio Paraguaçu que, apesar da sua beleza e potencial econômico-social para a comunidade cachoeirana, também pode representar uma ameaça.

Imagem 04 – Registro dos efeitos da enchente da década de 1940, na rua Manoel Passos e avenida Salvador Pinto em São Félix, Bahia.



Fonte: São Félix, Patrimônio Histórico do Brasil.

As imagens encontradas em acervo do Patrimônio Histórico de São Félix retratam o impacto das enchentes que atingiram as duas regiões no período da década de 1800

⁶ Ver mais: <<https://bit.ly/enchente-do-rio-paraguacu>>.

a década de 1900, deixando inúmeras famílias cachoeiranas e são-felistas desabrigadas, ruas alagadas, e até mesmo a Ponte Dom Pedro II, que liga as duas cidades, coberta pelas águas do Rio. Na época, especialmente no ano de 1940, a notícia tomou um dos jornais do Rio de Janeiro⁷, intitulado "Correio da Manhã", que registrou a tragédia, os prejuízos sofridos pela população e as providências apresentadas.

Somente no ano de 1983 foi concluída a obra de construção da Barragem Pedra do Cavalo, conduzida pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) e pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa); no entanto, o seu enchimento só se deu a partir do ano de 1985 e a geração hidrelétrica foi consolidada 20 anos mais tarde, no ano de 2004, de modo mais recente, pela Embasa e Grupo Votorantim. Ainda de acordo com Gibertoni et al. (2003, p. 2), "a barragem foi construída com o intuito principal de amenizar os efeitos negativos das enchentes provocadas em algumas cidades ribeirinhas", dentre estas, Cachoeira.

Imagem 05 – Barragem de Pedra do Cavalo.



Fonte: Foto My Phantom Toy, disponível em Correio24Horas, dezembro de 2021.

⁷ Ver mais: <<https://bit.ly/cachoeira-e-sao-felix-invadidas-pelas-aguas>>.

Não foi encontrado, nos registros documentados, o período de última cheia do Rio Paraguaçu em Cachoeira; no entanto, a cheia do ano de 1989 se encontra nos registros fotográficos e arquivos do acervo histórico de Cachoeira e São Félix. Esses registros compõem a história e memória desses lugares, que se reergueram de inúmeras enchentes e crises econômico-sociais; “ressalta-se, então, que a memória é irrefutável arma capaz de compor e recompor identidades” (Castro, 2005, p. 116). Cachoeira teve o seu povoamento formado pela “confluência das culturas indígena, negra e portuguesa - e a imbricação destas e outras tantas” (ibidem) e o tombamento do seu conjunto arquitetônico, apesar de todas as marcas historicizadas, deu-se pelo Iphan em 1971.

Analisando o Índice de Performance Social dos Municípios – Cachoeira – 2002 a 2010, Martins e Martins (2020, p. 709) constataam que o desenvolvimento do município alcançou significativos avanços desde então, em termos qualitativos e quantitativos, evidenciando, sobretudo, “um novo dinamismo social e econômico, menos dependente de recursos externos e com melhorias em dimensões importantes da qualidade de vida de um lugar, como a cobertura dos serviços de saúde, acesso à educação e à renda”.

De modo igualmente recente, e atrelado a esse desenvolvimento social e econômico alcançado pelo município, está o surgimento da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), com a instalação do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) em Cachoeira no ano de 2006. Miranda e Souza (2012) analisaram o campo da formação profissional no recôncavo baiano a partir dos relatos dos docentes e discentes do curso de Serviço Social da UFRB, ressaltando as particularidades e desafios acerca desta universidade. Sendo assim, as autoras apontam que:

A criação de uma universidade federal no Recôncavo Sul da Bahia é resultado da luta popular desta região pela democratização do acesso ao ensino de terceiro grau no Estado da Bahia, cujo curso da sua história assinalava a oferta de apenas uma universidade pública federal, restringindo-se, dessa maneira, a possibilidade de jovens ingressarem em um curso superior, porquanto a demanda era muito maior que a oferta. Assim, um processo social reivindicador, de natureza comunitária, consolidou-se, ao tempo em que o Projeto de Expansão das Universidades Federais propiciou sua implantação. (Miranda; Souza, 2012, p. 37).

A criação do curso de Serviço Social na referida universidade ocorreu no ano seguinte à sua implementação em Cachoeira. Foi em 2007 que a Comissão de Expansão do Centro apresentou a proposta de criação do curso, a qual foi aprovada pelo Conselho Diretor do Centro (Miranda; Souza, 2012, p. 38), considerando as particularidades e demandas da região. De acordo com as autoras, o curso “abriu suas portas para o corpo discente no dia 01 de setembro de 2008, oferecendo atividades de ensino, pesquisa e extensão, reconhecendo a indissociabilidade entre o mencionado tripé” (ibidem).

Entendemos que o trabalho profissional é determinado por configurações estruturais e conjunturais da questão social, e pelas formas históricas específicas que assumiu a exclusão social na Bahia e no Recôncavo. A formação do profissional de Serviço Social, que se caracteriza pela sua capacidade de elaboração crítica e intervenção nas expressões da questão social, deverá trazer propostas consideráveis para população desta região, marginalizada pelo processo de reestruturação produtiva, e destituídas de direitos sociais de cidadania. (Miranda; Souza, 2012, p. 38).

Sinaliza-se que o processo de institucionalização e consolidação do curso de Serviço Social no recôncavo baiano não será objeto de discussão do presente trabalho, mas o conhecimento e compreensão do seu surgimento para o desenvolvimento territorial é fundamental, visto que “a sua instalação neste território soma à instituição, necessariamente, contornos sócio-espaciais, pela incorporação do contexto econômico, político, cultural, social, ambiental e histórico do seu entorno, nas funções que exerce” (Miranda; Souza, 2012, p. 38).

Como sinalizado inicialmente, no bloco destas transformações sociais advindas do processo de implementação do CAHL-UFRB em Cachoeira, está o aumento da população que, segundo o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2022, é de 29.250 habitantes; dentre estes, estão os discentes, docentes, servidores e outras pessoas que migraram para a comunidade cachoeirana para compor o corpo da Universidade Federal do Recôncavo com diferentes finalidades, seja de ensino, aprendizagem ou trabalho.

Desta forma, compreende-se que o aumento populacional e as novas transformações sociais do município requerem do governo do estado da Bahia e do órgão municipal maior atenção para com a segurança pública e ambiental, especialmente

na direção da proteção social e prevenção de acidentes ambientais, como o rompimento de barragens.

O TRABALHO COLETIVO NO TERRITÓRIO IMPACTADO PELA BARRAGEM

Em operação há mais de dezoito anos, sendo onze deles sem registros de acidentes, a Usina Hidrelétrica (UHE) de Pedra do Cavalo mantém procedimentos regulares de monitoramento da segurança hidrológica e estrutural. Segundo o gerente da UHE, Dejair Lima, em entrevista à TV Recôncavo, a saúde e a segurança são princípios fundamentais do trabalho⁸. No entanto, as chuvas e as cheias do Rio Paraguaçu continuam representando uma ameaça para a comunidade de Cachoeira e municípios vizinhos, acendendo um alerta e reforçando a necessidade de atenção por parte dos órgãos competentes para a adoção de medidas que garantam a segurança da população.

Dentre os procedimentos adotados pela Votorantim Cimentos N.NE. S.A. em período de fortes chuvas para o controle da entrada e saída de água, destacam-se o aumento da vazão e abertura das comportas, com o objetivo de prevenir as cheias; durante o mês de julho do ano de 2023, a empresa, juntamente com os órgãos de Defesa Civil dos municípios de Cachoeira, São Félix e Maragogipe, realizaram um exercício prático simulando uma situação de emergência e desocupação dos domicílios. De acordo com Santos (2024), "o evento, que faz parte das obrigações do Plano de Ação de Emergência (PAE) previsto na legislação de segurança de barragens, contou com a participação de 1.548 moradores e com a atuação de mais de 150 profissionais especializados" e, ainda segundo relato de Lima, o evento proporcionou um clima de tranquilidade para a população diante das fortes chuvas que atingiram o estado da Bahia naquele momento.

No entanto, chama-se a atenção para o quantitativo da população que participou do exercício, visto que não atingiu nem a metade da quantidade de habitantes somente do município de Cachoeira. Além disso, é importante ressaltar que "diante da ocorrência

⁸ Ver mais: <<https://infosaj.com.br/usina-pedra-do-cavalo-no-reconcavo-completa-11-anos-sem-acidentes>>.

de um desastre, sobretudo os que são reportados como uma calamidade pública ou catástrofe, certos atores se veem compelidos a estar presentes na cena" (Valencio e Valencio, 2018, p. 20); desta forma, destacamos a importância de o exercício de simulação ter sido pensado, planejado e executado não apenas com o apoio da Defesa Civil dos municípios, mas, sobretudo, com a participação dos órgãos de proteção e assistência social, dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), da Secretaria do Meio Ambiente e outros.

O documento do Plano de Segurança de Barragem Volume VI – Plano de Ação de Emergência (PAE) do Grupo Votorantim Cimentos – UHE PEDRA DO CAVALO, versão atualizada no ano de 2023, traz menção direta aos agentes internos e externos envolvidos no processo de identificação, análise, classificação e tomada de decisões sobre os riscos e ações em casos emergenciais e, como já mencionado, não estão identificados os órgãos de proteção social e assistência social; menciona-se o sistema de Defesa Civil, Policial Militar, Civil e Rodoviário, Corpo de Bombeiros e outros com os referidos contatos emergenciais que, de acordo com o documento, "são atores-chave na execução das ações em situações de emergência. De modo a impedir especulações e pânico, a Empresa Operadora (Votorantim Cimentos N.NE. S.A.) é a responsável pela centralização e veiculação de informações" (PAE, 2023, p. 22).

O PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA tem por objetivo identificar e classificar as situações de emergência que possam pôr em risco a integridade das estruturas civis da barragem, bem como definir ações e responsabilidades dos colaboradores do barramento e instituições envolvidas, corroborando para a prevenção e mitigação dos desastres ocasionados por adversidades, às quais estão sujeitas o empreendimento em estudo. (PAE, 2023, p. 19).

O documento apresenta os riscos, agentes envolvidos no processo, diferentes recursos de intervenção, procedimentos de alerta e, ademais, responsabilidades, síntese do estudo de inundação e as possíveis medidas para resgate de atingidos e mitigação de impactos. No entanto, observou-se, mais uma vez, que há ausência de menção aos serviços e profissionais da assistência social, com a referida identificação dos contatos de emergência para possíveis necessidades – nem quando mencionados os recursos

humanos no documento, tais órgãos não foram identificados como colaboradores de segurança para se pensar e desenvolver ações coletivas de proteção.

De acordo com Valencio e Valencio (2018, p. 22), assim como as crises, uma situação de desastre engloba três aspectos, inicialmente, que requerem uma intervenção rápida e são estes: "o desencadeamento de fatores de ameaça, que abalam as estruturas básicas do meio social em que se manifestam; a urgência dos atores envolvidos em tomar decisões e providências a respeito; e o ambiente de incertezas, em relação à efetividade das ações adotadas".

Desta forma, o trabalho de assistentes sociais e profissionais da rede de proteção social de uma comunidade é fundamental neste aspecto, visto a necessidade e importância de se alcançar a população em sua totalidade: nas áreas urbanas, rurais, nos diferentes contextos sociais e econômicos, compreendendo as particularidades das demandas dos domicílios e residentes, desenvolvendo, assim, uma ação popular coletiva, inclusiva, com a participação da população e de seus representantes desde o planejamento da ação para a sua plena execução.

Sinaliza-se, também, que as ações e procedimentos adotados pelo Grupo Votorantim Cimentos N.NE. S.A. não podem compreender um momento isolado, quando diante de situações emergenciais durante os períodos de fortes chuvas e cheias do Rio Paraguaçu, mas devem acompanhar o cotidiano da comunidade como medida de informar, orientar, alertar e preparar toda a população para tais situações.

No que se refere à importância da intervenção do Serviço Social nesta situação, que compreende uma expressão da "questão social", destaca-se que:

A intervenção do assistente social nas expressões da questão social possibilita trazer os apontamentos e reflexões necessárias a proposição de ações de enfrentamento. Apesar da área ambiental não ser exclusiva de atuação do assistente social, este contribui sobremaneira para a intervenção de outras profissões. Isto porque a partir do olhar social, os diferentes campos do saber podem apoiar sua intervenção e criar estratégias de enfrentamento e melhorias. (Santos et al., 2020, p. 144).

A "questão social" é matéria-prima do trabalho do/a Assistente Social, revela o campo das desigualdades sociais vivenciadas pela população, especialmente em situação

de vulnerabilidade social. Tratando-se da questão ambiental, o trabalho profissional do Serviço Social se torna fundamental para o conhecimento das condições econômicas e sociais que, em sua maioria, são determinantes sobre os impactos dos acidentes e tragédias ambientais, bem como de suas causas, podendo, assim, trabalhar “na conquista e efetivação de direitos, cidadania e democracia, exigindo uma reformulação nas relações estabelecidas com a construção de políticas sociais e de um Estado democrático” (Santos et al., 2020, p. 149) que respeitem e atendam os direitos da população acima do interesse do capital.

As transformações climáticas afetam a vida de todos, indistintamente, mas têm maior impacto nas classes subalternas da população, onde a práxis social é demandada para dar conta das questões sociais. Tais questões impõem ao/a assistente social ir além das rotinas institucionais nos espaços sociais, ocupacionais e ambientais, sendo estes um importante e crescente campo de trabalho e intervenção. O elo entre o serviço social e o meio ambiente requer novos conhecimentos intelectuais e culturais, novas proposições e intervenções socioeducativas, utilizando-se do caráter técnico-operativo de intervenção na realidade para promover mudanças para a prevenção dos riscos socioambientais. (Marques; Schmitt, 2021, p. 613).

Machado (2012) nos apresenta elementos e possibilidades de realização da atuação profissional a partir de uma metodologia de trabalho social que evidencia a importância da educação popular para a área do Serviço Social, os quais consideramos fundamentais uma vez que “a educação popular aposta em metodologias que estimulam a luta coletiva pela emancipação humana” (Machado, 2012, p. 160). A autora ainda se utiliza do termo de metodologias uma vez que reconhece que, para o trabalho profissional, não existem metodologias ou fórmulas de atuação prontas, dadas ou acabadas em si mesmas, mas, se o trabalho parte de uma perspectiva de atuação fundamentada pela educação popular, deverá englobar diferentes possibilidades para a efetividade da ação profissional.

De acordo com a autora, a educação popular deve constituir o processo formativo em Serviço Social, “pois por meio dela é possível uma prática mais dialógica, democrática, que impulsiona processos de conscientização, organização, participação e mobilização, levando-se em conta o saber popular, a autonomia e a diversidade cultural” (Machado, 2012, p. 162) que, como já sinalizado, são fundamentais para o processo de pensar,

planejar e executar ações de intervenção na direção da prevenção, proteção social e viabilização dos direitos constitucionalmente garantidos no país.

Como categorias fundamentais da educação popular, a autora destaca: "a práxis, a conscientização, o diálogo, o conhecimento popular, a hegemonia e a participação" (Machado, 2012, p. 162); destas, compreendemos que a práxis, na perspectiva dialética, corrobora para que a intervenção profissional seja pensada e desenvolvida como uma "ação transformadora, revolucionária, transcende a condição de simples ação" (Machado, 2012, p. 163). Nesta mesma direção, a autora sinaliza que, na perspectiva de Freire (1979), a conscientização contribuirá para o desvelamento da realidade e, "enquanto atitude crítica do ser humano na história, é um processo inacabado e contínuo" (2012, p. 165), com o qual o/a Assistente Social pode contribuir para o seu alcance, visto que a tomada de consciência é um processo individual de cada sujeito social na realidade de que é parte.

O diálogo e o conhecimento popular se complementam à medida que, no primeiro acontece a exposição dialógica de ideias, uma troca coletiva que envolve o falar, mas, especialmente, o ouvir e, segundo a autora, essa troca deve ser permeada de humildade "a fim de que não se veja no outro apenas um ignorante" (Freire apud Machado, 2012, p. 167). Nesse sentido, evidenciamos que, no ato de ouvir o outro, é de fundamental importância que se reconheça o conhecimento popular, ou seja, não somente o conhecimento científico, aquele empreendido em salas e laboratórios, mas o conhecimento das comunidades, dos povos ribeirinhos que, em sua maioria, conhecem de perto o chão do território em que pisam, conhecem historicamente as particularidades do seu povo –um saber que é fundamental para o conhecimento das entidades representativas desta comunidade, seja de proteção social ou ambiental.

Assim sendo, na perspectiva freireana uma educação dialógica não permite que o educador imponha sua visão de mundo ao educando, mas sim que dialogue com ele sobre a sua e a dele, que problematize a realidade concreta do educando, a fim de que este perceba se sua visão de mundo reflete a sua real situação de mundo. Daí a importância de educação popular ser dialógica, ou seja, ter o diálogo como um de seus constituintes. (Machado, 2012, p. 167).

Uma intervenção realizada a partir de uma educação popular contribui para que não se corrobore socialmente com uma hegemonia de expropriação e exploração dos direitos sociais de um povo, uma hegemonia de dominação. Reconhecendo também que esta, por sua vez, não se constitui “apenas como direção política, mas também como direção moral, cultural e ideológica” (Machado, 2012, p. 169) na perspectiva gramsciana. Desta forma, como já sinalizado, a participação popular deverá ser considerada desde o princípio para o desenvolvimento de ações, especialmente no que se refere a situações emergenciais que envolvem a segurança pública, a proteção à vida e, principalmente, daqueles em situação de vulnerabilidade.

Daí entendermos que a soma desses elementos (práxis, conscientização, diálogo, conhecimento popular, hegemonia, participação) e outros que não foram abordados aqui, mas que são constituintes da educação popular, têm muito a nos ensinar, principalmente pelo seu comprometimento com a libertação da classe trabalhadora, algo central no Projeto Ético-Político do Serviço Social, que reconhece a liberdade como valor ético central. (Machado, 2012, p. 174).

O Estado, em sua face mais perversa, tem negligenciado o povo, o território, as cidades e as comunidades, desde o espaço urbano ao rural, ao ribeirinho e, ademais, promovendo “a segregação social na cidade e, residualmente, para o provimento de serviços e bens coletivos à classe trabalhadora, agora se volta ainda mais para políticas sociais financeirizadas (quando existentes) e para a gestão diferenciada das ilegalidades no espaço urbano” (Marques; Diniz, 2021, p. 89). Nesse sentido, o trabalho do/a Assistente Social se faz cada vez mais necessário, especialmente no tocante às questões relacionadas ao meio ambiente, aos desastres e tragédias ambientais para que as políticas sociais de proteção e viabilização de direitos e cidadania não sejam suprimidas, reduzindo-as ao “conceito à política de combate à pobreza” (ibidem).

As desigualdades são vividas concretamente nos diversos espaços intraurbanos da cidade, sobretudo naqueles relegados à expressão da pobreza, das faltas, contraditoriamente presentes nas periferias, onde os direitos se colocam justamente como uma “ordem distante” da vivência cotidiana da maioria dos sujeitos, não como lapso do destino individual de alguns, ou como algo que acontece de modo pragmático e alheio às relações sociais mais amplas e globais. Mas, ao contrário, as densidades das desigualdades, exclusões e as dificuldades do não acesso a direitos estão impregnadas de saturações e determinações sócio-históricas. (Marques; Diniz, 2021, p. 97).

Portanto, o/a Assistente Social, assim como outros trabalhadores sociais, faz-se indispensável para o planejamento, a construção e execução de qualquer ação de prevenção e proteção social contra riscos e ameaças ambientais, como desenvolvido pela empresa Votorantim Energia em parceria com a Defesa Civil na cidade de Cachoeira. No enfrentamento à “questão social” e suas diferentes formas de manifestação na sociedade, cabe a constituição de uma rede de serviços, como previsto pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2005, p. 15), “com vistas a conferir maior eficiência, eficácia e efetividade em sua atuação específica e na atuação

intersetorial, uma vez que somente assim se torna possível estabelecer o que deve ser de iniciativa desta política pública e em que deve se colocar como parceira na execução”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerou-se de fundamental importância a apresentação do chão do território sob o qual se constituiu a presente análise acerca da cidade de Cachoeira em suas múltiplas determinações sócio-históricas, culturais, políticas e econômicas a partir do olhar social na perspectiva da totalidade dialética, a qual atenta para as particularidades, períodos e contextos de inserção do objeto de discussão em tela.

Compreende-se que Cachoeira é um território historicamente rico pela sua trajetória de constituição, consolidação como cidade e construção da identidade do seu povo: a sua história reflete luta e muita resistência, resistência que se fortalece para o enfrentamento das condições determinadas historicamente pela exclusão e desigualdade social, pela ameaça ambiental à qual este território esteve, e ainda está, sujeito, que são expressões da “questão social”.

O Rio Paraguaçu reflete a beleza da cidade em suas águas e margens, mas também esconde uma ameaça silenciosa que acompanha a população, do amanhecer do dia ao pôr do sol, ao longo de décadas em seus diferentes períodos e contextos, que estão registrados em seu acervo histórico e na memória do seu povo. Como já salientado, é essa memória coletiva que é capaz de compor e recompor identidades para que não se percam ao longo do tempo.

Nesse sentido, mais uma vez, enfatiza-se a importância do trabalho do Serviço Social, um trabalho em rede, com intervenção “crítica e metodologicamente pautado no Código de Ética Profissional e nos demais instrumentais que dão materialidade ao Projeto Ético Político do Serviço Social” (Santos et al., 2020, p. 151), especialmente neste campo de trabalho e atuação que se apresenta aos/às Assistentes Sociais, cuja questão central é a ambiental.

Requer-se do Estado brasileiro e, aqui em especial, do governo do estado da Bahia e dos municípios como Cachoeira, maior atenção para com as particularidades históricas que determinam as vivências nos seus territórios, assim como o fortalecimento de um trabalho em rede de prevenção, proteção, constituição de políticas sociais na direção da viabilização dos direitos constitucionalmente garantidos para a população, de forma ética e democrática, acima de todo interesse privado do capital.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Leandro. **A Fábrica de Charutos Suerdieck em Cachoeira**. Roda de Histórias. 23 de fev. de 2022. Disponível em: <https://www.rodahistorias.pro.br/post/fabrica-suerdieck-cachoeira>. Acesso em: 15 de fev. 2025.
- CASTRO, Armando Alexandre. O patrimônio histórico-cultural e o turismo na Cidade Heroica de Cachoeira-BA: potencialidade x realidade. **INTERAÇÕES – Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Vol. 7, N. 11, p. 113-119, Set. 2005. Disponível em: <https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/503>. Acesso em: 10 dez. 2024.
- GILBERTONI, Rosana de Fátima Colaço; KAVISKI, Eloy; MULLER, Ingrid Illich; CUNHA, Laertes Munhoz da Cunha; DARU, Rubem Luiz. **ESTUDO DE CHEIAS NA BARRAGEM DE PEDRA DO CAVALO**. XV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos. 2003. Disponível em: <https://files.abrhidro.org.br/Eventos/Trabalhos/154/386.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2024.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serv. Soc. Soc.** (120) · Dez 2014 · <https://doi.org/10.1590/0101-6628.001>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cachoeira. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/cachoeira.html>. Acesso em: 20 dez. 2024.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **História – Cachoeira (BA)**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1390/>. Acesso em: 28 out. 2024.
- MACHADO, Aline Maria Batista. Serviço Social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 109, p. 151-178, jan./mar. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/TH9cGgxp9ZY9gnQskY5wRXH/?lang=pt&format=pdf> >. Acesso em: 10 dez. 2024.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira; MARTINS, Waleska Rodrigues de Matos Oliveira. *Festas e desenvolvimento local em Cachoeira, Bahia. INTERAÇÕES*, Campo Grande, MS, v. 21, n. 4, p. 701-719, out./dez. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/inter/a/WQK9jxQ5KQGTR7wVZgMmYPN/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2024.

MARQUES, Eduardo José da Silva Tomé; SCHMITT, Adriana Regina Vettorazzi. O Serviço Social Ambiental: compromisso com os objetivos do desenvolvimento sustentável e a defesa do meio ambiente enquanto direito humano. *R. Katál.*, Florianópolis, v.24, n. 3, p. 607-616, set./dez. 2021. ISSN 1982-0259. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/KHwnkmNk86WwcYtNBGCT3th/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 20 jan. 2025.

MARQUES, Raphael; DINIZ, Rodrigo. DECIFRANDO O ACESSO A DIREITOS A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS NOS TERRITÓRIOS DE VIVÊNCIA. In: **Construção de conhecimentos em serviço social : entre periferias, territorialidades, narrativas, experiências e cartografias** / Carola C. Arregui ; Dirce Koga (orgs). – São Paulo : EDUC, 2021. 144 p. ; 24 cm – (Série serviço social) Bibliografia. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/40632/1/9786587387611.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2024.

MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz. ALGUMAS REFLEXÕES ACERCA DOS DESAFIOS PARA CONSOLIDAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES. *Temporalis*, ANO vii, N. 14, p. 175-197, jul.-dez.2007. Disponível em: <<https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis-14-202208251944544791270.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2025.

MESQUITA, Augusto Sávio; OLIVEIRA, José Mário Carvalhal de. **A cultura do fumo na Bahia da excelência à decadência**. *Bahia Agríc.*, v.6, n.1, nov 2003. Disponível em: http://www.seagri.ba.gov.br/sites/default/files/V6NI_socieconfumo.pdf. Acesso em: 25 de fev. 2025.

MIRANDA, Valéria dos Santos Noronha; SOUZA, Simone Brandão. **O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NO RECÔNCAVO BAIANO: OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL**. *Tandil*, Año 5 – Nº 7 Volumen 4, Julio de 2012 – ISSN 1852-2459. Disponível em: <<https://revistaplazapublica.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/06/77-4.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2024.

MOTA, Luciana Guerra Santos; RODRIGUES, Marcelo. **Fábrica Suerdieck**. 2021. Disponível em: <https://patrimonioindustrial.ufba.br/fabrica-suerdieck>. Acesso em: 15 de fev. 2025.

Plano de Ação de Emergência (PAE). VOTORANTIM Cimentos – UHE Pedra do Cavalo. Novembro, 2023. Disponível em: https://www.votorantimcimentos.com.br/wp-content/uploads/2024/02/PAE_Pedra-do-Cavalo.pdf. Acesso em: 10 de jan. 2025.

PERSICO, Victor. **Quem foi Martim Afonso de Sousa, primeiro donatário da Capitania de São Vicente?**. Redação BS9. São Paulo, 2024. Disponível em:

<<https://www.bs9.com.br/na-sua-rua/quem-foi-martim-afonso-de-sousa-primeiro-donatario-da-capitania-de/21935>>. Acesso em: 28 out. 2024.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS/2004. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília, novembro de 2005. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS_2004.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.

SANTOS, Chico. UHE Pedra do Cavalo: água, energia e proteção a duas cidades históricas. **Revista Brasil Energia**. 2024. Disponível em: <<https://brasilenergia.com.br/brasilenergia/hidreletricas-agua-e-sustentabilidade/uhe-pedra-do-cavalo-agua-energia-e-protacao>>. Acesso em: 25 jan. 2025.

SANTOS, Daniel Barbosa dos; FERREIRA, Luzia Amélia; NUNES, Barreira Juraildes. POLÍTICA SOCIAL E MEIO AMBIENTE? UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE QUESTÃO SOCIAL E IMPACTO AMBIENTAL. **Revista Humanidades e Inovação**. V. 7, n.4 – 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/51348/2/Pol%C3%ADtica%20social%20e%20meio%20ambiente%20uma%20rela%C3%A7%C3%A3o%20entre%20quest%C3%A3o%20social%20e%20impacto%20ambiental.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2025.

SÃO FÉLIX – PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO BRASIL. **Enchentes de 30, 40, 60, 80, 89 em São Félix**. Disponível em: <<https://bit.ly/enchentes-de-30-40-60-e-80-em-sao-felix>>. Acesso em: 15 dez. 2024.

Suerdieck, epopéia do gigante. Ubaldo Marques Porto Filho. – Salvador, 2003. Disponível em: <https://www2.ufrb.edu.br/reverso/ocupacao-e-a-historia-da-suerdieck/>. Acesso em: 15 de fev. 2025.

VALENCIO, Norma; VALENCIO, Arthur. **O assédio em nome do bem: dos sofrimentos conectados à dor moral coletiva de vítimas de desastres**. Juiz de Fora, PPGCOM-UFJF, v. 12, n.2, p. 19–39, mai./ago., 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/21531/11646>>. Acesso em: 15 jan. 2025.

VAPOR DE CACHOEIRA. **Cachoeira e São Félix invadidas pelas águas do Rio Paraguaçu (1940)**. Disponível em: <<https://bit.ly/cachoeira-e-sao-felix-invadidas-pelas-aguas>>. Acesso em: 16 dez. 2024.

VAPOR DE CACHOEIRA. **Enchente do Rio Paraguaçu transforma Cachoeira na “Veneza do Recôncavo”**. 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/enchente-do-rio-paraguacu>>. Acesso em: 15 dez. 2024.